

## Resumo

O texto elabora um modelo que procura dar conta das razões da derrota da maior coligação já formada na história política do Rio Grande do Norte (RN) em um pleito para governador. Identifica, com base em conceitos da teoria dos oligopólios, a formação de um líder Stackelberg na sequência de eventos anterior à campanha eleitoral de 2014. O texto examina como esse líder, o deputado federal Henrique Alves (PMDB), move-se antes dos outros atores pertinentes nas negociações pré-eleitorais. Por fim, o artigo discute a interação estratégica entre o líder Stackelberg e seu seguidor (follower), o vice-governador Robinson Faria (PSD), na campanha eleitoral, esclarecendo como foi possível a ele derrotar Alves na disputa. Essencialmente, o trabalho sugere que incertezas na demanda do produto oferecido pelo deputado peemedebista – o trinômio experiência, preparo e segurança, permitiram ao seguidor minar a liderança Stackelberg junto ao eleitorado. Palavras-chave: política do RN; líder Stackelberg; incerteza.

## Abstract

This work presents a model that seeks to understand the reasons for the defeat of the largest party alliance ever formed in Rio Grande do Norte (RN) state political history in a governorship race. It identifies, based on key concepts of oligopoly theory, the formation of a Stackelberg leader in the sequence of events leading up to the electoral campaign of 2014. The text studies how this leader, federal deputy Henrique Alves (PMDB), was able to move first before other important actors in pre-electoral negotiations. Finally, the article discusses the strategic interaction between the Stackelberg leader and his “follower”, vice-governor Robinson Faria (PSD), in the electoral campaign, shedding light on how it was possible for the latter to defeat the former in the race. Essentially, this work claims that demand uncertainties related to the product offered by the PMDB deputy – the triad experience, expertise, and safety allowed the follower to undermine the Stackelberg leadership at the electorate level. Keywords: politics in RN state; Stackelberg leader; uncertainty.

*“Agradeço os comentários feitos por Sandra Gomes P Daniel  
Menezes a versão anterior do trabalho, assim como à assis-  
tência de pesquisa Ye Matheus Oliveira”*

# Derrotando o Líder Stackelberg: A disputa de governador do RN em 2014

Alan Daniel Freire de Lacerda  
Departamento de Políticas Públicas - UFRN

## Introdução

A campanha eleitoral de 2014 para governador do Rio Grande do Norte pode ser analisada sob diversos prismas. Uma disputa na qual se apresentavam dois candidatos competitivos que não empolgaram o eleitorado; a competição marcada pela subestimação inicial do candidato do PSD; a derrota da maior coligação de governador já formada na história do estado. Não resta dúvida que o eleitor potiguar teve papel central na produção do resultado, ao negar a vitória ao candidato de maior expressão e força partidária. Entretanto, ainda não está claro como a interação estratégica entre as candidaturas contribuiu para a formatação do jogo eleitoral.

Este trabalho visa construir um modelo para dar conta justamente desse aspecto, pondo em relevo os aspirantes Robinson Faria (PSD) e Henrique Alves (PMDB) e os seus respectivos movimentos como respostas às estratégias um do outro. A pergunta de partida é como foi possível a Faria derrotar a poderosa campanha do competidor peemedebista.

Na análise, utilizo o clássico modelo de competição Stackelberg entre firmas para entender os movimentos dos atores como um jogo em sequência. Em particular, examino como se formou na virada de 2013 para 2014 um claro líder Stackelberg no jogo da pré-campanha, Henrique Alves, e como a incerteza sobre a demanda dos produtos que ele tinha a oferecer, o trinômio experiência-preparo-segurança, o conduziram à derrota.

Na próxima seção discuto a teoria empregada no artigo, pondo em destaque as características do líder Stackelberg e as vantagens estratégicas inerentes a quem se “move primeiro”. Na segunda seção, faço um histórico da relação entre o PMDB potiguar e o governo Rosalba, dando ênfase à capacidade peemedebista de “preencher o espaço político” no prelúdio do pleito de 2014. Na mesma seção disserto sobre os movimentos na pré-campanha eleitoral, enfatizando a sequência de ações dos jogadores. Por sua vez, a terceira seção retoma alguns elementos teóricos e os vincula à empiria da campanha eleitoral com o fito de elucidar o resultado. A quarta seção debate hipóteses rivais (ou complementares) à adotada no trabalho. Na conclusão, faço comentários históricos sobre momentos similares na política potiguar e proponho que se utilize mais modelos teóricos como o presente no texto para a análise de conjunturas políticas.

## Teoria

Sendo o mercado capitalista marcado pela disputa entre detentores de capital, a atenção dos economistas há muito se concentra em como firmas competem entre si pelo domínio do mercado. Uma maneira de abordar a questão é considerando o número de competidores. Num contexto onde há muitos agentes econômicos, a tendência é que haja

“livre competição” entre esses atores pela ocupação de fatias do mercado. As oportunidades para que firmas singulares manipulem esse mercado via diferenciais no lançamento de seus *outputs* são escassas. Se há poucas firmas, porém, aumentam as chances de competição imperfeita e formação de oligopólios. Como se sabe, um oligopólio consiste numa situação de mercado na qual há poucos vendedores ou “unidades econômicas”. (Stackelberg, 2010: 2)

Vários modelos podem ser mobilizados para estudar a interação entre atores de mercado em situações de oligopólio. O modelo de Cournot, por exemplo, analisa situações em que firmas competem sobre a quantidade do produto vendido por elas. Em sua variante mais simples, ele é usado para entender contextos oligopolistas em que o número de firmas é 2, ou seja, duopólios. Dentre as premissas do modelo, está a de que as duas firmas decidem independentemente uma da outra, de modo simultâneo, os seus *outputs* de produção.

Nos parâmetros da teoria dos jogos, foi demonstrado que nesse caso a competição entre as duas gerará um resultado conhecido como equilíbrio de Nash. Caracteristicamente, “um par de estratégias é um equilíbrio de Nash em um jogo se, e apenas se, a estratégia de cada um é a melhor resposta à estratégia do outro” (Binmore, 2007: 18). Em termos substantivos, os *outputs* das duas firmas se estabilizarão em patamares que representam a melhor resposta que uma pode dar à outra.

Outra premissa central do modelo de Cournot é que os dois integrantes do duopólio *já estão presentes* no mercado no momento inicial do jogo. Nada diz o modelo sobre questões relativas ao momento de *entrada* na competição. A inovação de Stackelberg, ao operar sob a base deixada por Cournot, é justamente discutir que efeitos a precedência pode ter sobre a disputa de mercado em situações de oligopólio, quando uma firma se move antes da outra. (Binmore, op. cit.: 157-159)

A firma que se move primeiro é usualmente chamada de *Stackelberg leader*, ou líder, enquanto a segunda toma o nome de *follower*, ou seguidor. O líder tem uma óbvia vantagem estratégica nesse jogo, em virtude de poder definir as quantidades que deseja lançar no mercado. No modelo padrão dos textos de microeconomia, os dois atores conhecem a função de demanda do mercado e os custos de produção um do outro. Ao fixar um *output* primeiro, antecipando a melhor resposta do seguidor, o líder sempre obterá lucros maiores que aquele. (Liu, 2005: 345)

O modelo Stackelberg não é muito usado em contextos políticos, com sua aplicação concentrando-se mesmo em organização industrial e outros ramos da economia. Entretanto, dada a evidente importância da precedência em diversas arenas políticas, cabe um olhar mais detido sobre áreas onde “mover-se primeiro” retém visível relevância estratégica. No Quadro 1 abaixo listo potenciais aplicações do jogo na política. Os três tipos exibidos não pretendem ser uma lista exaustiva das possibilidades de formação do jogo no mundo real; representam antes vertentes identificadas por mim em alguns segmentos da literatura de ciência política.

Quadro 1: Casos de Líder Stackelberg na Política

| Tipos                                     | Líder                         | Exemplos                                                                                                    |
|-------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prerrogativa formal de primeiro movimento | Presidente brasileiro         | Edição de decretos com força de lei; iniciativa exclusiva do Executivo em certas áreas de política pública. |
| Existência prévia                         | Gabinete do Reino Unido       | Centralização da iniciativa legislativa no gabinete inglês do século XIX.                                   |
| Ocupação de espaço político               | Partido Trabalhista britânico | Captação de novos eleitores oriundos da expansão do sufrágio no século XIX                                  |

Na segunda linha do quadro exibo o tipo de liderança que é definido por regras institucionais formais. Ou seja, um dado ator nessas circunstâncias pode se tornar o líder pela mera existência de determinação constitucional, legal ou regimental facultando-lhe o direito de se mover primeiro. A edição de decretos com força de lei, ou medidas provisórias no Brasil, constante na segunda coluna do Quadro 1, permite ao presidente alterar de imediato o status quo legal e criar custos adicionais para o Congresso Nacional se este desejar o retorno ao status quo anterior. Isso ocorre porque o Legislativo é obrigado a comparar a situação gerada pela emissão da MP com o que aconteceria ao mundo real em caso de rejeição da mesma. Por definição, o chefe do Executivo age antes do Congresso no jogo das medidas provisórias. (Almeida, 1998: 10-13; Figueiredo e Limongi, 1999: 25-26)<sup>1</sup>

No segundo exemplo da mesma célula, também tendo o presidente como “líder”, temos a prerrogativa de iniciativa exclusiva do Executivo. Ela consiste de dispositivo constitucional que estipula reserva de áreas de política pública para a introdução de projetos de lei. Nesse caso, o Congresso também “espera” pela ação do Executivo, não podendo iniciar a tramitação de projetos nas áreas reservadas ao presidente. Ela ocorre no Brasil com matérias administrativas, orçamentárias e tributárias (Art. 61 da Constituição Federal).

A prerrogativa de introdução exclusiva dá duas vantagens estratégicas ao presidente. De um lado, o presidente pode deixar de iniciar determinada matéria se antecipar que o Congresso diverge fortemente do Executivo naquela questão - e que por isso desfigurará a proposta aos olhos do Executivo com diversas emendas. De outro, o presidente pode desenhar a medida de forma a posicioná-la num patamar favorável à aprovação, mas de maneira diferente do que o Congresso faria caso a tivesse iniciado (Lacerda, 2016: 58).

Como se vê, o papel da precedência, definindo a “quantidade do produto” primeiro, em antecipação à resposta dos seguidores sobre seus próprios *outputs*, confere, potencialmente, benefícios similares aos auferidos por oligopólios na esfera econômica<sup>2</sup>.

Na terceira linha, menciono um caso examinado na literatura em que o ator político se torna o líder no jogo em parte pelo simples fato de já existir antes. Em trabalho clássico, Gary Cox procura entender por que uma série de prerrogativas individuais dos legisladores britânicos na *House of Commons* se enfraqueceu na primeira metade do século XIX. Houve crescente ativismo parlamentar combinado à ampliação do número e complexidade dos projetos de lei em exame na Casa. A resposta para as crises procedimentais relacionadas à distribuição do tempo disponível para a atividade legislativa foi a cessão de dias privilegiados na agenda da câmara ao Gabinete. Crescentemente as matérias do governo passaram a ter precedência sobre as propostas dos deputados individuais, em mudanças regimentais de “pequena” dimensão e caráter incremental. (Cox, 1987: 45-65)

Por que os políticos britânicos não desenvolveram um sistema de comissões similar ao do Congresso americano para lidar com a sua carga de trabalho legislativo? Dentre as respostas levantadas por Cox, uma se destaca: “o Gabinete já existia” (Cox, op. cit., 64). Fatores estritamente contingentes, como a preexistência de um ator institucional, em conjunto com eventos aparentemente “pequenos”, podem ter efeitos duradouros, tornando mais elevados os custos

---

1 É possível inverter o jogo quando um aspecto substantivo da MP não pode, em função de outro dispositivo constitucional, entrar imediatamente em vigor. Nesse caso o presidente anunciou uma intenção, não chegando de fato a se mover. Nos termos de nossa teoria, ele lançou no mercado político uma promessa de *output* de produção, e não quantidades efetivas de produto. Cf. Almeida, op. cit., pp. 16-29, para o caso da MP 1602/97, sob a qual incidiu o dispositivo da anterioridade fiscal.

2 Cf. também comentários em Shugart e Carey, 1992, pp. 139-140. O poder de agenda em contextos legislativos frequentemente também apresenta liderança Stackelberg. Um relator de peça legislativa, por exemplo, move-se antes dos outros ao definir os termos do seu parecer.

de mudanças institucionais no futuro. Esse é o mote, por sinal, de toda a literatura da rota-dependência. Se um determinado ator ou instituição obtém precocemente vantagens competitivas, elas podem reforçar umas às outras, cristalizando padrões que podem ser de grande durabilidade. As próprias regras institucionais adquirem resiliência ao longo do tempo, dificultando de modo endógeno sua modificação. (Arthur, 1994; North, 1990: 92-104; Pierson, 2004: 71-77)

Essas observações nos levam enfim à quarta linha do Quadro 1. O caso em tela é a conquista do polo de esquerda do sistema partidário britânico pelo recém-criado Partido Trabalhista, em detrimento dos *whigs* (Partido Liberal). Isso pôde ser feito a partir da progressiva expansão do direito de voto ao longo do século XIX, que incorporou a classe trabalhadora britânica ao mercado eleitoral. Em termos estilizados, os “fundadores do Partido Trabalhista avaliaram corretamente que poderiam levar a melhor sobre os Liberais formando um novo partido”, a partir do “deslocamento da distribuição do eleitorado”. O movimento aproveita um espaço criado à esquerda da distribuição de preferências anterior do eleitorado. O Partido Liberal ficou espacialmente imprensado entre os Conservadores e os Trabalhistas, não recuperando mais sua posição dominante na esquerda do sistema. (Downs, 1999: 149-150)

O Partido Trabalhista operou como líder Stackelberg na medida em que utilizou seus recursos estratégicos de poder, incluindo bases sindicais, antes de uma reação liberal mais consistente à sua expansão. Ou seja, ele “preencheu” um espaço político definido ao lançar seu produto, composto por mensagens atraentes a segmentos operários recém-incorporados ao eleitorado – ocorreu, portanto, *filling-up of political space*. (Pierson, op. cit.: 171)

No caso deste trabalho, o líder Stackelberg não o é por força de prerrogativa formal. Nem o foco nas vantagens competitivas precoces é tão amplo como na literatura *path-dependence* sobre as instituições. O escopo reside mais no impacto da sequência de eventos e de quem chega a um *locus* político privilegiado antes dos outros, sobretudo quando “atores sociais em disputa buscam ocupar algum ‘espaço político’ limitado” (Pierson, op. cit., 71). Em particular, examino neste artigo se não é possível a formação de um líder Stackelberg a partir do *reconhecimento tácito* por parte de outros atores de que um dado ator “preencheu” o espaço político pertinente. Proponho que tal situação estratégica pode ser identificada a partir de *atitudes de espera* dos seguidores.

Por fim, faz sentido se pensar a política em termos similares aos da teoria das firmas, na medida em que a competição político-eleitoral é usualmente dominada por poucos atores, que centralizam o repasse de mensagens aos eleitores. No caso em tela nesse artigo, inclusive, as duas coligações principais configuraram quase um duopólio sobre o pleito. Não sendo a democracia moderna direta, e sim representativa, algum nível de oligarquização (ou oligopolização) é inevitável.

Feitas essas observações teóricas, é hora de olharmos a sequência de eventos políticos munidos dessa lente conceitual, verificando se sua aplicação faz sentido ao entendimento do ciclo político potiguar que desaguou no pleito de 2014.

## O PMDB no Governo Rosalba e o jogo da pré-campanha em 2014

Para tratar do cenário eleitoral de 2014, é necessário recuar no tempo até o pleito de 2010, que produziu a vitória da então senadora Rosalba Ciarlini (DEM) na disputa do governo estadual. Na literatura sobre a política potiguar, o pleito chegou a ser designado como “uma eleição sem notícias” (Lacerda, 2010). A liderança de Ciarlini, integrante da família Rosado,<sup>3</sup> revelou-se basicamente estável durante toda a campanha, conduzindo ao seu triunfo já no primeiro turno. Sua campanha se beneficiou de uma engenhosa operação política construída em grande medida pelo presidente do PMDB no estado, o então deputado federal Henrique Alves.

---

3 Os Rosados têm como base eleitoral principal o Oeste do estado, especialmente a cidade de Mossoró. Rosalba Ciarlini foi prefeita da cidade em duas ocasiões: 1989-1992 e 1997-2004.

A coligação de Ciarlini não incluiu o PMDB, apesar de diversos setores do partido a apoiarem. Juntos em 2006, quando o DEM ainda chamava-se PFL, Ciarlini e os peemedebistas terminaram por adotar um arranjo diferente no pleito seguinte, dada a divisão de interesses dentro do PMDB potiguar. A chapa liderada pelos peemedebistas não tinha candidato a governador; apenas a senador e deputados estaduais e federais. Isso possibilitou que o deputado federal Henrique Alves fizesse campanha a favor da reeleição do governador Iberê Ferreira (PSB), enquanto seu primo, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB), figurava ao lado de sua colega do Senado nos comícios. Além de apresentar apenas um aspirante a senador (teria direito a inscrever dois), a coligação peemedebista incluía somente o PR e o PV. Ciarlini também só tinha, não por acaso, um candidato a senador: o presidente do DEM, senador José Agripino Maia.

O expediente, aparentemente inusitado, resultou a rigor no cumprimento de todos os objetivos políticos dos principais envolvidos. Alves Filho foi reeleito senador, assim como Agripino Maia (DEM), o colega de chapa de Ciarlini. Henrique Alves não só garantiu sua reeleição, como o PR também pôde renovar o mandato de João Maia. O PV elegeu um representante para a câmara federal e garantiu a figura de Paulo Davim como primeiro suplente de Alves Filho. Henrique Alves foi reeleito deputado federal com 191.110 votos, ampliando em mais de 30 mil sufrágios sua votação de 2006 para o mesmo cargo. João Maia, outro apoiador do governador Ferreira, também aumentou sua votação, passando da casa dos 193 mil votos em 2006 para algo em torno de 217 mil no pleito seguinte.

No alvorecer do governo Rosalba, portanto, em janeiro de 2011, o PMDB e os dois primos da família Alves estavam numa condição privilegiada no que toca a possíveis composições com a governadora. Tanto poderiam se afastar, a partir do polo representado pelo deputado Henrique Alves, como poderiam se aproximar, a partir da posição adotada por Garibaldi Alves Filho. Uma terceira opção seria, obviamente, o ingresso integral da agremiação na administração.

O senador indicou nomes já na primeira composição do secretariado: no primeiro escalão, os titulares da Sethas (Trabalho, Habitação e Assistência Social), Luiz Eduardo Carneiro, e da pasta do Turismo, Ramzi Elali; na administração indireta, o diretor da Potigás, Saulo Carvalho. O apoio formal do partido materializa-se em setembro do mesmo ano, após a decisão de Henrique Alves de se aproximar da governadora. A rigor, a “distância” do deputado até então era puramente protocolar, dado que não havia razões de fundo para uma postura de oposição ao governo Rosalba. Tampouco uma postura de “independência” faria sentido, haja vista a presença desde janeiro de indicados do seu primo no primeiro escalão da gestão.

É importante notar, todavia, que Carvalho e Elali deixam o governo já em 2012, nos meses de janeiro e março, respectivamente. Vistas em conjunto, a saída de dois dos três nomes indicados pelo senador Garibaldi Alves Filho prefigura a deterioração do relacionamento entre a cúpula do governo e o PMDB.

A gestão liderada pelo DEM foi assolada desde o seu princípio por dois problemas que não a abandonaram durante todo o mandato. O primeiro residia nas severas limitações fiscais herdadas dos governos anteriores, que impunham obstáculos estruturais às ações governativas. O segundo era de natureza endógena, consistindo na centralização decisória do governo nas mãos da governadora e de seu marido, o ex-deputado Carlos Augusto Rosado. Esse modus operandi criava permanente fricção no relacionamento da governadoria com o restante da máquina estadual, tensões na Assembleia Legislativa, além de ansiedade no PMDB e no próprio DEM. A influência do marido da governadora esteve no centro da decisão do vice-governador Robinson Faria (PSD)<sup>4</sup> de romper com o governo, em 21 de outubro de 2011.

O rompimento de Faria sinalizou o início de uma quadra política difícil para a gestão Rosalba, na medida em que ampliou sua dependência do apoio político dos dois Alves e do PR. Como as pressões dos parceiros por mudanças no

---

4 Faria fora eleito sob a legenda do PMN, mas participou da criação do PSD em 2011, filiando-se ao mesmo.

governo persistiam e o modus operandi do núcleo duro do governo não se alterava, o ano de 2012 foi marcado pelo desgaste político da governadora, tanto no plano da elite política como no nível do eleitorado.

Tal desgaste pode ser atestado pelos seus índices de popularidade à frente do cargo. As pesquisas de opinião divulgadas em 2012 foram em geral realizadas no âmbito municipal, em função do pleito daquele ano. Mas é indicativo do problema que no indicador binário de aprovação e desaprovação a governadora tenha a marca, já em abril, no eleitorado natalense, de 57% de eleitores desfavoráveis ao seu governo, enquanto 28% o aprovavam (pesquisa Certus-Nominuto). Em dezembro de 2013, a avaliação positiva do governo (reunindo eleitores que o consideraram ótimo ou bom) atingiu a desastrosa marca de 7% na sondagem CNI-Ibope, de âmbito estadual. Por fim, no levantamento Ibope de agosto de 2014, no fim da gestão, registrou 69% de avaliação negativa (reunindo eleitores que a consideraram ruim ou péssima) no conjunto do eleitorado potiguar.

Do fim de 2012 ao início de 2013, a centralização do governo e a própria evolução dos interesses peemedebistas gerou sinais críticos dos dois primos, cristalizando-se em uma posição na qual Henrique Alves assumia o papel de peemedebista mais próximo da governadora, enquanto Garibaldi Alves Filho se distanciava de sua antiga colega. A inversão de papéis era reconhecida, todavia, como instável pelos atores políticos relevantes, inclusive os líderes do PMDB. De toda forma, o partido fez novas indicações no início de 2013: o secretário de Agricultura, Júnior Teixeira, e o diretor da Emater (um instituto de assistência técnica e extensão rural), Henderson Magalhães.

Em 30 de agosto de 2013, sob pressão do seu senador, o PMDB anunciou o rompimento com o governo e a entrega dos cargos que detinha no primeiro escalão. Luiz Eduardo Carneiro, Júnior Teixeira e Henderson Magalhães deixaram o governo por volta dessa data. A saída possibilitou que o partido se liberasse para tratar do pleito seguinte sem a pressão de estar em um governo impopular. Na prática, a agremiação adquiriu as condições preliminares para ditar o ritmo do processo sucessório, escapando do desgaste da gestão a despeito de ter participado dela.

Dois desdobramentos se tornam evidentes, a meu ver, já no fim de 2013. Em primeiro lugar, o PMDB unido assume as condições para ser o pivô da disputa de 2014. Em segundo lugar, o partido “preenche” o espaço político disponível antes de outros atores políticos. Colaborou também para isso a ascensão de Henrique Alves à presidência da Câmara, em fevereiro de 2013. Discuto a seguir como se posicionavam líderes não peemedebistas, procurando exemplificar a situação estratégica assim conformada.

A atitude de espera, por exemplo, pode ser vista nas negociações iniciais entre os peemedebistas e o PT potiguar. Após reunião em janeiro de 2014, o vereador (Natal) petista Hugo Manso firmou diagnóstico incisivo a respeito do cenário, observando que havia um compasso de espera “prejudicial” ao partido. “Há uma força política muito concentrada nas mãos de Henrique e Garibaldi”, sendo “visível a tranquilidade com que eles conduzem o processo sucessório no estado”<sup>5</sup>. O parlamentar registra a opinião de que a agremiação deve buscar outras opções para o pleito que se avizinhava. A prioridade conhecida e reconhecida dos petistas era eleger a deputada federal Fátima Bezerra para o Senado.

De interesse também é nesse contexto a postura adotada pelo vice-governador. Faria acalentava desde 2009, quando era presidente da Assembleia Legislativa, o sonho de se candidatar a governador. Aliás, a decisão de romper com a então governadora Wilma de Faria (PSB-anteriormente Wilma Maia) e apoiar Ciarlini teve relação direta com a preferência de Wilma pelo seu vice, Iberê Ferreira. Nada havia mudado no que toca a 2014: sua pretensão estava mantida. No entanto, Faria registra em entrevista concedida na mesma época das observações de Manso referidas acima

---

5 Retirado do sítio No Minuto, 29 de janeiro de 2014: <<http://www.nominuto.com/noticias/politica/fernando-bezerra-prefere-alianca-com-wilma-para-o-senado-diz-hugo-manso/106335>>.

que pensaria no “plano B” se ele ficasse “isolado”<sup>6</sup>. Fica claro que ele aguardava um ator de peso com o qual se aliar, na medida em que os Alves deixassem alguém sobrando de sua composição. Não há evidência de que se contentaria em continuar vice ou que nutrisse interesse pela posição de senador - ofertas que de todo modo não lhe foram feitas claramente pelos Alves.

A ex-governadora e naquele momento vice-prefeita de Natal, Wilma de Faria, por sua vez, também aguardava a oferta do PMDB, mas mantinha postura ambígua, oscilando entre três candidaturas diferentes: deputada federal, senadora e governadora. A oscilação parecia ser misto de indecisão e barganha calculada. O primeiro cargo não retinha nenhuma atração para a peessebista, enquanto a segunda opção deveria ser examinada com cuidado, dada sua derrota em 2010 no pleito para a mesma posição, quando havia duas vagas disponíveis.

Por fim, o DEM, na figura do senador José Agripino Maia, encontrava-se numa complexa armadilha. O caminho natural seria apoiar a reeleição da governadora Rosalba Ciarlini, mas sua vitória revelava-se improvável, haja vista os índices reduzidos de intenção de voto e de avaliação positiva. A aposta na sua candidatura poria em risco as posições legislativas do partido, em especial a do filho do próprio Agripino, o deputado federal Felipe Maia. O senador também tinha interesse, portanto, numa composição com os Alves que fosse vantajosa o suficiente para que ele fizesse o esforço de se livrar da governadora, negando-lhe a legenda.

Senhor da iniciativa estratégica, Henrique Alves<sup>7</sup> desenha três movimentos que delimitam os cálculos dos outros atores:

1) mantém na mesa de negociação durante meses a possível candidatura a governador do empresário Fernando Bezerra pelo PMDB. Bezerra já havia sido candidato ao mesmo cargo em 2002, quando era filiado ao PTB, tendo obtido a terceira colocação. Alves procura deixar na ambiguidade se a candidatura do empresário é definitiva, na medida em que as suspeitas se adensam de que se trata de um “bode na sala”, ou seja, uma postulação a ser retirada em favor do nome do próprio deputado.

2) informa aos atores pertinentes a preferência de Bezerra pelo nome de Wilma de Faria para ser sua companheira de chapa na vaga do Senado. Com o passar do tempo vai ficando claro que essa é na verdade (ou também) a preferência do próprio Henrique. Avesso ao risco e com duas derrotas na sua carreira política para a líder do PSB, o peemedebista desejava evitar a qualquer custo um confronto com a vice-prefeita pelo cargo de governador.<sup>8</sup>

3) sinaliza à maioria dos partidos que o PMDB está disposto a acomodar na sua chapa as mais diversas postulações a deputado federal e deputado estadual, incluindo aquelas do PR, PSDB e DEM. Isso protegeria as posições de diversos ex-aliados da governadora Rosalba Ciarlini, incluindo membros do partido dela mesma, isolando a gestora.

Na medida em que o período das convenções se aproximava, as negociações com vistas à formação de uma ampla coalizão para governador se adensaram e tomaram forma. Os atores desfavorecidos pelo esquema de Henrique Alves montam suas reações. O PT, por exemplo, não aceitava repartir a chapa majoritária com uma candidata que faria campanha para a candidatura presidencial do PSB. Ou seja, a posição de vice não capturava minimamente o interesse

6 Retirado do sítio do jornal Tribuna do Norte, 12 de janeiro de 2014: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/robinson-faria-se-eu-ficar-isolado-terei-que-pensar-no-plano-b/271590>>.

7 Poderia fazer sentido considerar a direção do PMDB potiguar como o líder Stackelberg nesse caso, mas não há evidência de que o senador Garibaldi elaborava a estratégia do partido. Sua anuência aos movimentos do primo era fundamental, certamente.

8 Ele fora derrotado por ela na eleição de prefeito de Natal no pleito de 1988 e pelo candidato apoiado por ela, na eleição de 1992 na mesma cidade. Há certa base factual no próprio momento das negociações para os receios do peemedebista: pesquisas no fim de 2013 apontavam a ex-governadora com mais de 35% de intenção de voto, em cenários nos quais confrontaria o senador Garibaldi Alves Filho como candidato do PMDB.

dos petistas. Por mais que a deputada federal Fátima Bezerra temesse o confronto com Wilma de Faria na disputa do Senado (tal como Henrique Alves no caso do governo), havia limitações nada pequenas à sua inserção como mera aspirante à reeleição na coligação pró-Henrique.

Robinson Faria, por sua vez, não desistira de seu projeto e também se mostrava pouco interessado numa solução que permitiria meramente a inserção de seu filho, o deputado federal Fábio Faria, em uma das coligações proporcionais pró-Alves. Desapegado da candidatura de governador, que dispersaria seu esforço eleitoral, e desejoso de alocar Fátima Bezerra na vaga do Senado em uma chapa majoritária, o PT emite sinais ao PSD. Ambos se aproximam, atraídos por uma composição que evitava seu duplo isolamento. O vice-governador certamente via os petistas como aliados atraentes em parte por conta da inserção na chapa da deputada Bezerra, que superou seu temor de ficar sem mandato por conta de cálculo próprio e da pressão do próprio PSD.

Nos termos de nosso arcabouço conceitual, as respostas dos atores políticos potiguares vêm depois dos movimentos do PMDB, em especial do presidente regional do partido. Ou seja, eles são seguidores (*followers*) em relação a um líder Stackelberg que preencheu o espaço político pertinente antes. Tal líder pôde lançar no mercado político, no nível da elite política, determinados produtos, tais como posições de coligação e expectativas de poder, forçando os seguidores a ajustar seus próprios produtos a esse *output* inicial. *Leader* e *followers* conheciam a função de demanda do mercado no nível da elite e os custos de cada um para a oferta de postos políticos.

O Quadro 2 abaixo exhibe a configuração final das candidaturas majoritárias, resultante das convenções partidárias de junho de 2014. O dado mais notável do quadro é o tamanho da coligação majoritária de Henrique Alves; nada menos que 17 agremiações se congregam para elegê-lo governador. A aliança reunida em torno do vice-governador não parece ficar muito atrás, com oito partidos, mas na verdade várias dessas agremiações são frágeis no cenário político potiguar. Apenas PP, PT e PSD possuíam representação federal no momento da eleição.

Quadro 2: Perfil das candidaturas a governador do RN no pleito de 2014

| Candidatos a governador | Candidatos a vice-governador | Candidatos a senador | Coligação/partido isolado                                                         |
|-------------------------|------------------------------|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Henrique Alves          | João Maia                    | Wilma de Faria       | PMDB-PR-PSB-PROS-PDT-SD-PSC-PTB-PPS-PHS-PSDB-PSDC-PRB-PTN-PV-PMN-PRP <sup>1</sup> |
| Robinson Faria          | Fábio Dantas (PCdoB)         | Fátima Bezerra       | PSD-PCdoB-PT-PTdoB-PEN-PRTB-PTC-PP                                                |
| Robério Paulino         | Antônio Garcia               | Professor Lailson    | PSOL                                                                              |
| Araken Farias           | Paulo Oliveira               | Roberto Ronconi      | PSL                                                                               |
| Simone Dutra            | Socorro Sousa                | Ana Célia            | PSTU                                                                              |

Nosso jogo, porém, não se dá apenas na escala das elites e partidos. Ele envolve, crucialmente, o mercado eleitoral e o que o líder Stackelberg está ofertando aos atores componentes desse mercado, ou seja, aos eleitores. Esse é o assunto da próxima seção.

## Incerteza de demanda, aversão ao risco e coligação ampliada

É possível “vencer” um líder nesse jogo? A resposta depende, é claro, do que possamos definir como vitória. Subjetivamente falando, é claro, o seguidor pode restar contente com o resultado de sua reação ao líder em algum momento do jogo ou mesmo ao fim dele. Um candidato “seguidor” pode, por exemplo, perder a eleição para o líder, mas obter de sua participação no pleito a manutenção de seu nome na mente das pessoas para a eleição seguinte. O ponto crucial é que o primeiro ator a se movimentar retém uma vantagem estratégica em relação ao outro integrante do duopólio (ou outros, se houver dois ou mais seguidores), na medida em que pode antecipar a reação do segundo jogador. Ao desenhar sua estratégia, o seguidor também é induzido a tomar como fato consumado a opção tomada pelo líder. (Dixon, 2001: 125-160)

A pergunta então se altera: é possível *eliminar* a vantagem estratégica do líder Stackelberg? Nesse contexto, cumpre registrar que o lançamento do produto sempre se dá com base em demanda esperada, não em demanda realizada. Se o mercado em tela não for razoavelmente previsível, o líder corre certo risco se seu produto vier a ser demandado pelos consumidores abaixo do esperado. Os seguidores têm a importante vantagem informacional de observar a demanda realizada e assim ajustar seus *outputs* em seguida ao movimento do primeiro jogador. Pela lógica da teoria, essa é a única maneira do segundo jogador potencialmente reduzir as vantagens estratégicas do primeiro.

Em alguns mercados cuja demanda é bastante imprevisível (...), parece que a vantagem do segundo a se mover é dominante. Isso é assim porque em um mercado com alto grau de incerteza os seguidores podem esperar e ver a resposta dos consumidores ao novo produto introduzido pelos primeiros jogadores, assim como se mover na “curva de aprendizado” da inovação (Liu, 2005: 346).

Tomemos a disputa eleitoral como um mercado, no qual há uma competição pela liderança política a partir da busca dos votos do eleitor (Schumpeter, 1962: 269). Ora, em diversas análises dominantes na teoria democrática, a incerteza é uma característica proeminente do mercado eleitoral. Já se tornou famoso o dito *przeworskiano* dando conta de que a “democracia é um sistema em que os partidos perdem eleições” (Przeworski, 1994: 25)<sup>9</sup>. Apesar de conter regras que informam os resultados possíveis da competição eleitoral e consistir, portanto, num tipo de incerteza regulada, a democracia não permite aos atores saber o resultado efetivo da competição, se vão ganhar ou perder os diversos pleitos.

Além disso, nem sempre é claro *ex ante* que produto o eleitor está de fato a demandar dos partidos e candidatos, e em qual grau. A própria formação da opinião de massa é em grande medida um produto resultante dos discursos oriundos de elites. A experiência em vários cargos, por exemplo, é frequentemente usada como argumento (produto, em nossos termos) por muitos candidatos e tida como algo positivo pelo eleitorado. Ela pode, entretanto, adquirir sinal negativo caso muitos eleitores a vejam com desconfiança, ao presumir que o candidato “experiente” também é responsável por males do sistema político como a corrupção e manutenção do status quo.

Cabe agora identificarmos que produto o candidato do PMDB ofereceu ao eleitor. Dado seu longo histórico parlamentar e conexões com órgãos federais, não faria sentido a Alves qualquer tipo de mensagem renovadora. O trinômio de sua mensagem, se pudermos pensar assim, girava basicamente em torno de preparo, segurança e experiência. A coligação majoritária se chamava União pela Mudança, mas o termo mais forte é o primeiro. O deputado Henrique

---

9 Ver também: “Tudo que é necessário para os resultados serem incertos é que seja possível para algum partido no poder perder a eleição”. (Przeworski et. al., 2000: 17)

antecipou, corretamente, que Robinson Faria não teria como lançar o mesmo produto em quantidades similares à dele. Nesse cálculo, sua bem-sucedida cooptação de vastos setores da elite política terminaria por se traduzir, até mesmo por inércia, em ampla vantagem eleitoral.

O peemedebista era então presidente da Câmara e suas conexões com Brasília e cargos federais garantiam, em seu discurso, que ele traria recursos ao estado. A liderança do PMDB em gestões estaduais anteriores, Geraldo Melo (1987-1991) e Garibaldi Alves Filho (1995-2002), também assegurava que sua postulação nada tinha de inexperiente, podendo extrair quadros desses governos. O principal slogan de campanha, acompanhando o nome da coligação, enfatizava sua força política, ao mesmo tempo em que incluía também o usual tema da mudança diante da mal avaliada gestão estadual: Força para Mudar. (Menezes, 2016: 15; Santos, 2016: 44)

De que forma, no universo político-eleitoral, é possível observar a resposta dos consumidores ao produto oferecido pelos candidatos? Pesquisas de opinião podem ser o caminho nos marcos de nossa análise. Afinal, uma das formas de mensurar a aceitação da mensagem-produto é a aferição dos índices de intenção de voto. Não tive acesso a pesquisas qualitativas a respeito da disputa, e por isso me restringirei aos indicadores típicos da “corrida de cavalos”.

A Tabela 1 abaixo exhibe a intenção de voto para governador no primeiro turno de 2014, tomando como parâmetro as médias das pesquisas realizadas entre junho e outubro. A decisão de usar médias aritméticas objetiva apenas compensar os vieses metodológicos dos diversos institutos, evitando que dependamos de apenas uma série histórica. Nos casos de julho, o primeiro mês de campanha, e de outubro, nas vésperas do pleito, há apenas um levantamento cada. A quarta coluna da tabela exhibe os levantamentos que serviram de base para as médias constantes nas segunda e terceira colunas. O número entre parênteses, quando ocorre, indica o número de sondagens (necessariamente mais de uma no caso) realizadas pelo instituto no mês. Todos os números foram arredondados, eliminando-se eventuais casas decimais. De resto, nenhum outro candidato atingiu a marca de 10% em qualquer pesquisa durante todo o período; por isso decidi concentrar a análise nos dois aspirantes competitivos.

Tabela 1: Média da Intenção de Voto dos Principais Candidatos a Governador no 1º Turno de 2014 (%)

| Mês      | Henrique Alves | Robinson Faria | Pesquisas                                                   |
|----------|----------------|----------------|-------------------------------------------------------------|
| Junho    | 33             | 23             | Consult, Seta, Ibope, GPP                                   |
| Julho    | 37             | 23             | Consult                                                     |
| Agosto   | 36             | 26             | GPP, Consult, Ibope, Certus <sup>2</sup> , Seta             |
| Setembro | 37             | 30             | Seta (5) <sup>3</sup> , Ibope (2), Perfil, Item (2), Certus |
| Outubro  | 40             | 33             | Ibope                                                       |

O exame da tabela revela que ambos os candidatos cresceram no período, com vantagem para Robinson Faria - 10 pontos percentuais, contra sete de seu oponente. Fica clara, entretanto, que a principal dificuldade de Alves não está no crescimento do aspirante do PSD, mas antes no raquitismo do seu próprio crescimento. Basicamente, o peemedebista não conseguia converter em votos o amplo apoio que aglutinara no nível da elite política. Não à toa, analistas da política local usam o termo “teto” ao se referir à curva da intenção de voto de Alves, e especificamente ao número 40%. (Menezes, 2016: 20; Santos, 2016: 51)

O produto de Henrique Alves teve demanda relativamente baixa, mas o seguidor poderia ter antecipado isso? Provavelmente não, mas importa notar que Faria só precisaria fazer os movimentos “corretos” antes de observar a resposta do eleitor e ajustar seu comportamento. A aliança com o PT e o alinhamento da candidatura de governador à campanha presidencial certamente deram ao pessedista o espaço necessário para reagir ao forte movimento inicial do deputado do PMDB. O vice-governador não tinha como antecipar o grau de demanda do eleitor pela combinação de competência e conexões de seu adversário, mas o nível de incerteza existente já era suficiente para justificar a aposta numa chapa em que figurava, como nome petista ao Senado, a deputada federal Fátima Bezerra.

Observada a possibilidade de pelo menos manter-se não muito atrás, *within striking distance*, do parlamentar peemedebista, Faria ajustou as “quantidades” de seu produto, fortalecendo a associação com a presidente Dilma Rousseff, então bastante popular no estado, e com o ex-presidente Lula. Este decide apoiar o postulante do PSD em 19 de setembro, com uma gravação para o horário eleitoral em que os dois aparecem juntos. Os materiais de campanha também enfatizavam essa conexão desde o início da campanha.

Faria também reforça a ideia de candidato “humilde” perante o leque de forças reunido pelo líder Stackelberg. Já no primeiro programa eleitoral, em 21 de agosto, diz que o “cotidiano da simplicidade da vida” é que o “seduz”. Deixou o essencial do tema da experiência para o presidente da Câmara dos Deputados, apesar dele próprio ser um político tradicional e experiente. Embora com menos tempo de carreira do que seu oponente na política potiguar, o ingresso dele na arena política data do fim dos anos 1980. Ele ensaia igualmente um discurso de “resistência” ao “candidato do acordão”, termo utilizado para designar a ampla coligação de Alves (Menezes, op. cit.: 25). Não à toa, o programa 16 do candidato no rádio foi intitulado “Resistência”.<sup>10</sup>

A associação com Bezerra também renovou a chapa como um todo, na medida em que Wilma de Faria, a candidata do PSB ao Senado na chapa pró-Alves, terminou por também passar a imagem de “experiente demais”, à semelhança do postulante ao governo. Isso tudo apesar da deputada federal, à semelhança de seu colega de chapa, não ser nem de longe uma neófito, tendo sido eleita deputada estadual pela primeira vez em 1994. A imagem de “novo” resultante, conquanto ambígua, deu consistência à estratégia do vice-governador de manter-se próximo do primeiro colocado, apostando numa virada contra o presidente da Câmara no segundo turno.

Foi o que aconteceu. A Tabela 2 abaixo exhibe os resultados do primeiro e do segundo turno, considerando apenas os votos válidos e eliminando a segunda casa decimal via arredondamento.

Tabela 2: Resultados da Disputa de Governador do RN em 2014

| Candidatos no 1º turno | Votos válidos (%) | Candidatos no 2º turno | Votos válidos (%) |
|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| Henrique Alves         | 47,3              | Henrique Alves         | 45,6              |
| Robinson Faria         | 42,0              | Robinson Faria         | 54,4              |
| Robério Paulino        | 8,7               |                        |                   |
| Simone Dutra           | 1,0               |                        |                   |
| Araken Farias          | 0,9               |                        |                   |

<sup>10</sup> Conferir vídeo contendo o áudio no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=bgtLbH7cZq0>>.

No segundo turno, o deputado buscou reagir à ameaça de virada do candidato do PSD, construindo um discurso que mostrava sua afinidade à presidente Rousseff e ao ex-presidente Lula. Em nosso modelo, a alteração do produto se mostrou ineficaz por duas razões. Em primeiro lugar, a coligação pró-Henrique aglutinava forças vinculadas às três candidaturas presidenciais competitivas; Wilma de Faria ligava-se a Marina Silva (PSB) e agremiações como o PSDB estavam, evidentemente, apoiando seu filiado, o senador Aécio Neves. O peemedebista não tinha como ser inequívoco (ou quando ensaiava sê-lo não parecia convincente) no apoio à reeleição de Rousseff, até porque seus próprios correligionários distribuíam materiais de Neves na capital.

A segunda razão é mais decisiva, em minha avaliação: Alves continuou a ofertar, talvez por não ter outra opção, as mesmas quantidades de seu principal produto, constituído pelo trinômio experiência-preparo-segurança. Essa seguia sendo a única vantagem decisiva que possuía sobre o vice-governador. Por assim dizer, o peemedebista estava preso numa armadilha de sua própria criação, na medida em que não podia se desvencilhar da imagem de político tradicional. Sua imensa base de apoio evidenciava claramente que a imagem correspondia à realidade. Notícias relacionadas ao seu possível envolvimento no escândalo de corrupção investigado pela operação Lava Jato apenas acentuaram o problema.

Robinson Faria pôde assim produzir a virada de posições, incorporando provavelmente a grande maioria dos votos dados aos candidatos não-competitivos no primeiro turno, e depressindo levemente até o próprio percentual do peemedebista.<sup>11</sup> O seguidor derrotara o líder, ao usar a curva de aprendizado da competição no mercado eleitoral e entender que a demanda pelo produto do adversário era mediana. Revelaram-se altas as chances de que tal demanda seria insuficiente para a vitória do PMDB no primeiro turno.

## Hipóteses rivais: rejeição e sinais municipais cruzados

Não houve pesquisas qualitativas públicas no período (poucos inquéritos qualitativos privados são feitos no Rio Grande do Norte de toda forma) e as sondagens limitaram-se praticamente a medir a “corrida de cavalos”. Só isso incentivaria um saudável ceticismo sobre a análise apresentada neste trabalho. Cumpre então pelo menos listar vias rivais ou complementares de inquérito científico a respeito.

Há evidência anedótica, por exemplo, de que os dois candidatos principais eram vistos com pouco entusiasmo pelo eleitorado. Em todo caso, o fenômeno não explica a vitória de Faria pois atingiu igualmente os dois aspirantes. Em si, o único efeito estratégico visível da reduzida empatia dos competidores maiores foi abrir espaço para o crescimento da postulação do PSOL, que pôde superar a marca de 8% dos votos a partir, sobretudo, de sua votação na capital estadual.

O indicador de rejeição é um elemento significativo a se considerar na análise do pleito, e elemento proeminente de acordo com análises dessa eleição (Menezes, 2016: 22-24; Santos, 2016: 52-53). No segundo turno, Alves e Faria atingiram, respectivamente, na sondagem Ibope, 47% e 35% de rejeição no eleitorado. No primeiro turno, a rejeição a Henrique Alves não é tão elevada, mas mantém-se sempre superior à de Faria durante o período formal da campanha eleitoral (entre 5 e 11 pontos percentuais a mais a depender do instituto e das datas de campo, com valores maiores no fim do primeiro turno).

Em nosso arcabouço, a rejeição é consequência da situação estratégica gerada pela baixa demanda do produto “Henrique experiente” e pelo fato de que o candidato continuou a lançar no mercado elevadas quantidades desse produto. Dessa forma, o retorno que obteve desse investimento foi decrescente e o indicador de rejeição seria apenas

---

11 Em números absolutos, o candidato do PMDB ampliou sua votação do primeiro para o segundo turno, respectivamente 702.196 e 734.801 votos.

outra maneira de olhar para o teto da intenção de voto. Vista sob ângulo autônomo e histórico, entretanto, os indicadores de rejeição do aspirante peemedebista em 2014 poderiam ser analisados sob o prisma dos problemas anteriores que ele enfrentou para se viabilizar em pleitos majoritários. (Lacerda e Oliveira, 2006: 282)

Outro fator explicativo que gera hipótese alternativa à desenvolvida aqui se refere aos efeitos do tamanho da coligação peemedebista na política local. Em muitos municípios o deputado Henrique cooptou os dois “lados” da política local para viabilizar sua postulação estadual. O problema é que localmente ainda são fortes em muitas cidades as antigas rivalidades entre “verdes” e “vermelhos”, ou “bacurau” e “bicudos”. Os termos remontam à República de 46 e adentraram o regime militar designando, respectivamente, apoiadores do MDB e da Arena (inicialmente, no momento ainda do instituto da sublegenda, a Arena verde e a Arena vermelha). Como integrante do grupo bacurau, os esforços de Alves para unificar grupos políticos rivais na política municipal podem ter produzido um curto-circuito nos nexos de lealdade de muitos eleitores, abrindo espaço para um voto pró-Robinson. Não sabemos a proporção de votos influenciados por essas lealdades e essa bipolaridade parece estar decaindo em muitos lugares, mas a via de pesquisa é válida e poderia qualificar o caminho seguido nesse artigo.<sup>12</sup>

## Conclusão

De certa forma, a estratégia seguida por Henrique Alves espelha movimentos semelhantes no passado de seu próprio pai, o já falecido Aluizio Alves. Ex-ministro e ex-governador, ele procurara ainda no período 1999-2002 fomentar uma ampla aliança que viabilizasse a eleição do seu filho para governador no pleito de 2002. A malsucedida iniciativa foi analisada em detalhe por importante artigo de análise da política potiguar (Lacerda e Oliveira, 2006). A chamada “paz pública” do pleito de 1978 pode ser outro exemplo em tela. Na ocasião, o patriarca Alves apoia a candidatura do senador Jessé Freire (Arena) num acordo com a família Maia, que provavelmente envolveu a consolidação de outras posições do então MDB. A aversão ao risco, consubstanciada no intenso temor de Alves no que toca a um confronto direto com Wilma de Faria no pleito para governador, encontra assim lastro numa conduta típica do grupo familiar.

Optei no artigo por não formalizar o jogo com a pertinente notação matemática ou formas extensivas típicas da teoria dos jogos. Isso não significa de forma alguma que considere dispensáveis em outras análises o recurso ao rigor da formalização, até como treinamento lógico do pesquisador. Considero profícuo o uso do modelo Stackelberg na política, pela evidente importância que a precedência tem em muitas interações políticas, incluindo a competição eleitoral. No caso em exame aqui, a precedência não foi suficiente para gerar o melhor resultado ao seu detentor, mas espero ter provado sua importância para a configuração estratégica do pleito.

Por fim, importa registrar o que espero seja reconhecida como contribuição subsidiária deste artigo. Além de elucidar o ciclo eleitoral 2010-2014 e seu contexto estratégico, busquei aqui sugerir novos caminhos de análise da política estadual potiguar, que possam inclusive incorporar ferramentas conceituais advindas de modelos refinados de interação entre atores políticos. A área encontra-se aberta e repleta de incógnitas, em especial quando se recua mais no tempo. Conjunturas políticas em geral podem ser proficuamente analisadas com um olhar voltado a sequências históricas.

---

12 A hipótese já está bem delineada, embora não seja desenvolvida, em Santos (2016: 49-50).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Acir. (1998), *A Escolha Constitucional dos Poderes do Presidente: O Caso da Medida Provisória*. Dissertação de mestrado - Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- ARTHUR, W. Brian. (1994), *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- BINMORE, Ken. (2007), *Playing for Real: A Text on Game Theory*. Nova York, Oxford University Press.
- COX, Gary. (2006), *The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DIXON, Huw. (2001), *Surfing Economics: Essays for the Inquiring Economist*. Londres, Palgrave Macmillan.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, Edusp.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.
- LACERDA, Alan; OLIVEIRA, Bruno. (2006), "Patronagem e Formação de Coalizões: O Caso da Unidade Popular no RN". *Cronos*, vol. 5/6, no. ½: 273-287.
- LACERDA, Alan. (2010), "Uma Eleição sem Notícias? A Vitória do DEM no RN em 2010". *Em Debate*, vol. 2, no. 10: 31-36.
- LACERDA, Alan. (2016), *Sistemas de Governo: Organizando a Relação entre Executivo e Legislativo*. Curitiba, Appris.
- LIU, Zhiyong. (2005), "Stackelberg Leadership with Demand Uncertainty". *Managerial and Decision Economics*, vol. 26: 345-350.
- MENEZES, Daniel. (2016), "Tostão Contra o Milhão: Sobre a Vitória de Robinson Faria e Fátima Bezerra nas Eleições de 2014 no RN". In D.Menezes, G.Tavares e J.Costa (orgs.), *Eleições 2014: A Geografia do Voto no Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Ideia, pp. 13-41.
- NORTH, Douglass. (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PIERSON, Paul. (2004), *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton, Princeton University Press.
- PRZEWORSKI, Adam. (1994), *Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- PRZEWORSKI, Adam et al. (2000), *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge, Cambridge University Press.

SANTOS, Anderson. (2016), “A Campanha Eleitoral para o Governo do Rio Grande do Norte no Primeiro Turno de 2014: Notas Informativas”. In D.Menezes, G.Tavares e J.Costa (orgs.), *Eleições 2014: A Geografia do Voto no Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Ideia. pp. 43-60.

SCHUMPETER, Joseph. (1962), *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3ª ed. Nova York, Harper.

SHUGART, Matthew e CAREY, John. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

STACKELBERG, Heinrich von. (2010), *Market Structure and Equilibrium*. Nova York, Springer.

(Footnotes)

1 O DEM não participou formalmente da coligação majoritária, mas integrou-se às coligações proporcionais (pleitos de deputado federal e estadual) que apoiaram Henrique Alves.

2 O campo da Certus se iniciou em agosto e terminou em setembro.

3 O campo da última Seta se iniciou em setembro e terminou em outubro.

## Resumo

O texto elabora um modelo que procura dar conta das razões da derrota da maior coligação já formada na história política do Rio Grande do Norte (RN) em um pleito para governador. Identifica, com base em conceitos da teoria dos oligopólios, a formação de um líder Stackelberg na sequência de eventos anterior à campanha eleitoral de 2014. O texto examina como esse líder, o deputado federal Henrique Alves (PMDB), move-se antes dos outros atores pertinentes nas negociações pré-eleitorais. Por fim, o artigo discute a interação estratégica entre o líder Stackelberg e seu seguidor (follower), o vice-governador Robinson Faria (PSD), na campanha eleitoral, esclarecendo como foi possível a ele derrotar Alves na disputa. Essencialmente, o trabalho sugere que incertezas na demanda do produto oferecido pelo deputado peemedebista – o trinômio experiência, preparo e segurança, permitiram ao seguidor minar a liderança Stackelberg junto ao eleitorado. Palavras-chave: política do RN; líder Stackelberg; incerteza.

## Abstract

This work presents a model that seeks to understand the reasons for the defeat of the largest party alliance ever formed in Rio Grande do Norte (RN) state political history in a governorship race. It identifies, based on key concepts of oligopoly theory, the formation of a Stackelberg leader in the sequence of events leading up to the electoral campaign of 2014. The text studies how this leader, federal deputy Henrique Alves (PMDB), was able to move first before other important actors in pre-electoral negotiations. Finally, the article discusses the strategic interaction between the Stackelberg leader and his “follower”, vice-governor Robinson Faria (PSD), in the electoral campaign, shedding light on how it was possible for the latter to defeat the former in the race. Essentially, this work claims that demand uncertainties related to the product offered by the PMDB deputy – the triad experience, expertise, and safety allowed the follower to undermine the Stackelberg leadership at the electorate level. Keywords: politics in RN state; Stackelberg leader; uncertainty.



# Defeating the Stackelberg leader: the governorship race of the Rio Grande do Norte state in 2014.

Alan Daniel Freire de Lacerda  
Departamento de Políticas Públicas - UFRN

## Introduction

The 2014 electoral campaign that would elect the new governor of Rio Grande do Norte can be analysed in a myriad of different ways. The race featured to big name candidates that didn't excite the constituency; the race also registered an initial underestimation of the PSD candidate and then ended with the defeat of the biggest coalition for governorship ever formed in the history of the state. There are no doubts that *potiguar*<sup>1</sup> voters had a main role in bringing about these results, by denying to give the candidate with the biggest name and the most strength, a win. However, it is still not clear how the strategic interaction between the candidatures helped to shape the electoral race.

This paper aims to build a model that can explain that, putting the candidates Robinson Faria (PSD) and Henrique Alves (PMDB) and their respective moves as strategic answers to one another. The starting point is to question how it was possible for Faria to defeat the powerful campaign of the PMDB candidate.

This analysis will use the classic Stackelberg competition model to understand the agents moves as part of a sequenced game. In particular, it will look into how between 2013 and 2014, during the pre-campaign period, a clear Stackelberg leader was formed (Henrique Alves) and how the uncertainty over the demand of products that he had to offer, the triad experience-preparation-certainty lead to his defeat.

In the next section I'll discuss the theory that will be mobilized on this paper, highlighting the characteristics of a Stackelberg leader and the intrinsic strategic advantages those who move first have. In the second section, I'll trace a historical link between the *potiguar* PMDB and the Rosalba government, emphasizing the ability that PMDB had to fill the political gap on the lead up to 2014. On the same section I'll also discuss about the pre-campaign moves, emphasizing the sequence actions of the players. The third section brings back some theoretical elements and links them to the empirical electoral campaign hoping to clarify the results. The fourth section discusses concurrent (or complementary) hypothesis to the one used on this paper. On the last section, the conclusion, I'll make some historical commentary about similar moments in *potiguar* politics and propose that we use theoretical models, such as the one used here, to analyse political conjectures.

---

1 TN: "potiguar" refers to that and those which are native to Rio Grande do Norte.

## THEORY

As the capitalist market is defined by competition between capital holder, economists have focused their attention on entities that compete against each other to dominate a fraction of said market. One approach to this issue is by analysing the number of players/competitors. In a context with a high amount of economic agents, it's expected that competition will be strong between them. The opportunities for these entities to dominate shares of the market via innovations to their releases are few and far between. However, when there are fewer agents, the chances for a "less than perfect" competition arises and thus, oligopolies start to form. As we know, an oligopoly is a situation where there are few sellers or economic units in the market. (Stackelberg, 2010: 2).

Different models can be used to study the interaction between these market agents which occupy the position of a oligopoly. The Cournot model, for example, analyses situations where entities compete against each other over the amount of product each will sell. In its simplest form, it can be used to understand the context where the number of entities is 2, meaning, a "duopoly". Amongst the assumptions of this model, is the one that these two entities will make their decision independently about their production outputs.

According to the parameters set by game theory, it has been shown that the competition between these entities will reach a result known as "Nash equilibrium". Characteristically, "a couple of strategies will reach a Nash equilibrium if, and only if, each strategy is the best response to the other's strategy" (Binmore, 2007: 18). To put it simply, the outputs of each entity will reach a level that best represents the best answer one can give the other.

Another main assumption of Cournot's model is that the two agents of the "duopoly" were already present in the market when game first started. The model doesn't mention anything about the moment when each player joined the game. Stackelberg's innovation, when taking Cournot's model as a foundation, is exactly that he discusses the effects of moving first might have, as in, the advantages a entity might have over the other when they make the first move in a game.(Binmore, op. Cit.: 157-159).

The entity that moves first is usually known as the "Stackelberg leader" (or simply leader), whereas the second one is called "follower". The leader has an obvious strategic advantage in this game, seeing as he can define the quantities he wants to put into the market. In the traditional model found in microeconomics literature, both players know the demand function of the market and the costs of production of the other. When one established the output first, foreseeing the other's response to it, the leader will always make better profits than the follower. (Liu, 2005: 345).

The Stackelberg model isn't often used in political contexts, and it's mostly applied to industrial organization and other economic areas. However, considering that politics can be an area where "moving first" makes a difference, it can be very useful. On the table below we will see a list of potential applications of this model on the political game. The three examples are not a complete list of all the possibly applications of the model in the real world; they represent situations identified by me in certain Political Science literature.

Table 1: Stackelberg leader cases in politics

| Types                               | Leader              | Example                                                                                                                                    |
|-------------------------------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Formal assumption of the first move | Brazilian president | Editing decrees which have the same effects as a law; exclusive initiative leaders of the executive have in certain areas of public policy |

|                                |                      |                                                                               |
|--------------------------------|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Previous existence             | The British chamber  | The british chamber monopolized legislative initiative during the XIX century |
| Occupation of political spaces | British labour party | Capturing new voters when suffrage was expanded in the XIX century            |

In the second line of the table I define the type of leadership that is defined by formal institutions. Meaning, a player under these circumstances might become the leader simply because there is a constitutional, legal or formal determination that they have the right to move first. Editing decrees with the same effects as a law, or “provisional measures” as they’re called in Brazil, allow the president to immediately change the legal status quo, thus creating additional costs to Congress if it decided to go back to the status quo. This happens because the legislative branch will be forced to compare the situation created by the provisional measure and what would happen in the real world if said measure was rejected. By definition, the chief of the executive branch is always the first player on the provisional measures game (Almeida, 1988: 10-13; Figueireido and Limongi, 1999: 25-26).<sup>2</sup>

On the second example of the same cell, also considering the president as the “leader”, we have the prerogative that leaders of the executive enjoy: having the exclusive right to initiate certain areas of public policy. This is a constitutional device and it means that congress has to wait for the executive to make a move, as it isn’t allowed to start the process of projects in areas that belong exclusively to the president. This happens in Brazil on the following areas: administrative matters, budgetary matters and tax matters (article 61 of the brazilian federal constitution).

The prerogative of exclusive introduction gives two strategic advantages to the president. On the one hand, the president can not initiate a certain project if he thinks that the congress will strongly disagree – and because of it will change the proposal. On the other hand, the president can design the project in a way that will position it on a favorable light for approval, but differently from how congress would to had it started it. (Lacerda, 2016: 58).

As we can see, the role of the “being first” and defining the amount of “product output” first, by foreseeing the answer the followers will give about their own outputs grants potential benefits, similar to what happens on the market with oligopolies.<sup>3</sup>

On the third line I mention a case often discussed on the literature where the political actor becomes a leader on the game simply because it existed before others. In his classical work, Gary Cox seeks to understand why a series of individual prerogatives from british legislators on the House of Commons lost some its strength during the first half of the XIX century. There was a growing parliamentary activism going on, combined to the growth in numbers and depth of the bills being discussed in the House. The answer to this crisis related to the distribution of available time for legislative activities was the assignment of privileged days on the house’s schedule for the Chamber. A growing number of government bills started taking precedence over the bills proposed by individual congressman (Cox, 1987: 45-65).

2 it’s possible to revert the game when some aspects of the PM can’t immediately start producing effects because of some other constitutional device. In these cases, it’s as if the president has announced his intentions but didn’t actually make a move. In terms of the political market, he put out a promise of a certain output, not effective quantities of the product. Cf: Almeida, op. Cit, pp 16-29

3 The power of agenda setting in legislative contexts often incurs on Stackelberg’s model. The referendary for a legislative piece, for example, moves before others do and sets the terms of his report. Comments on Shugart and Carey, 1992, pages 139-140.

Why did British politicians not develop a similar system to that employed by the American Congress to deal with the legislative workload? Amongst different reasons, Cox highlights one “the Chamber already existed” (Cox, op cit, 64). Contingential factors such as the previous existence of an institutional player, when combined with other small elements, can have lasting effects and create higher costs to change in the future. This is the initial premise of all the literature on path dependence. If a specific player or institution gains early competitive advantages, they might combine forces and crystallize these advantages into patterns that last a long time. Institutional rules themselves acquire resilience after a long time, making it quite difficult to change them from the inside. (Arthur, 1994; North, 1990: 92-104; Pierson, 2004: 71-77).

These observations take us to the fourth line on Table 1. The case in point here is how the newly-created British Labour party took over the left wing side of the British political system, to the detriment of the Whigs (The Liberal Party). This happened because of the progressive broadening of voting rights, which incorporated the working class into the British electoral market. “The founders of the Labour party correctly evaluated that they could defeat the Whigs by creating a new party” at the moment that “a shift in voter distribution was happening”. The Liberal Party was squeezed between the Conservative Party and the Labour Party, never again recovering their dominating position over the left wing of the system. (Downs, 1999: 149-150).

The Labour Party worked as a Stackelberg leader because they used their strategic power resources, including unions, before the Liberal Party could have a more consistent reaction to their expansion. Meaning, it filled the political gap by releasing its product, made up of attractive political messages aimed at the newly incorporated working class – thus filling up the political space before their competitors. (Pierson, op. Cit: 171).

In this particular paper, the Stackelberg leader doesn’t get his strength from a formal prerogative nor is the focus on early competitive advantages as broad as it is on path dependence literature. The scope lies more on the impact that a sequence of events has and how “arriving” first at a privileged political locus, specially when “warring social agents seek to occupy a limited political space” (Pierson, op. Cit, 71). This paper will, in particular, examine if it is possible for a Stackelberg leader to be formed through the implicit recognition by the other players that another agent has filled the political space. I’ll propose that this strategic situation can be identified by the waiting attitude of the followers.

Finally, it makes sense to think politics in similar terms to the entities theory, as far as the political competition is usually dominated by a small number of agents, that control the transfer of political messages to the voters. On the case we will examine in this paper, the two main coalitions were almost a “duopoly” during the race. As we don’t have a modern direct democracy, but rather a representative democracy, some level of oligopolization is acceptable.

With the theoretical framework in mind, it’s time to look at the sequence of public events, checking to see if the theoretical concepts will make sense when applied to the *potiguar* political cycle that ended with the 2014 elections.

## **PMDB during the Rosalba government and the pre-campaign game in 2014.**

In order to understand the electoral context of 2014, it’s important to go back in time to the 2010 race, where the then senator Rosalba Ciarlini (DEM) won the governorship race in Rio Grande do Norte. On the literature about *potiguar* politics, was even described as a “election without any news” (Lacerda, 2010). The leadership of Ciarlini, part of the Rosaldo Family<sup>4</sup>, was fairly stable during the whole race, leading her to victory on the first round. Her

---

<sup>4</sup> The Rosado family’s main electorate is focused on the west side of the state, specially in the city of Mossoró. Rosalba was elected as the mayor of the city twice: 1989-1992 and 1997-2004.

campaign benefited from a resourceful political operation lead by the PMDB's president in the state, the then congressman Henrique Alves.

Ciarlini's coalition in 2010 didn't actually include PMDB, even though various branches of the party supported her. Together in 2006, when DEM was still called PFL, Ciarlini and PMDB were allies, but ended up choosing a different arrangement in 2010, due to a split within PMDB. The party's electoral plaque didn't feature a candidate for the office of governor, only for the office of senator and federal and state congressman. This allowed federal congressman Henrique Alves to support the reelection of then governor Iberê Ferreira (PSB) while his cousin, the senator Garibaldi Alves Filho (PMDB), supported Ciarlini. Besides only putting forward one senate candidature (they could have had two), PMDB's coalition featured only PR and PV. Ciarlini also only had, not by chance, one candidate to the senate: DEM's president, José Agripino Maia.

This arrangement, albeit unexpected, ended with all the political objectives of the involved parties met. Alves Filho was reelected to the senate, as was Agripino Maia. Henrique Alves was also reelected and PR managed to reelect João Maia. PV elected one representative for the federal lower house, as well as a substitute for Alves Filho. Henrique Alves was reelected with 191.110 votes and João Maia was elected with 217 thousand votes.

On the dawn of Rosalba's government, in January 2011, PMDB and both cousins from the Alves family enjoyed a privileged position in regards to the governor's mandate. They could either stay away or move in closer. A third option would be for them to formally join the administrative framework.

The senator appointed names on the first makeup of the secretariat: we had Sethas (Work, Housing and Social Assistance), Luiz Eduardo Carneiro and for the Tourism branch, Ramzi Elali; as part of the indirect administration, we had the director of Potigás, Saulo Carvalho.

The formal support of the party became clear in September of the same year, when Henrique Alves decided to get closer to the governor. The distance he'd been keeping up until that point was merely a formality, seeing as he had no reason to go into the opposition.

It is important to point out, however, that Carvalho and Elali left the government in 2012, in January and March, respectively. Putting this into context however, would allow us to notice the relationship between PMDB and Rosalba's higher up government crumbling.

The DEM led administration had to face, from the beginning two issues that persisted until the end of the mandate. The first was severe financial limitations, a "legacy" of previous governments, this proved to be a huge structural obstacle to the Rosalva's administration. Secondly, was how centralized decision making was. All major decisions were either made by Rosalva or by her husband, the retired congressman Carlos Augusto Rosado. This created permanent tensions between the government, the legislative branch as well as a rift with PMDB supporters and even within DEM itself. The influence the governor's husband had was one of the main reasons why vice-governor Robinson Faria (PSD)<sup>5</sup> left, on the 21<sup>st</sup> of October of 2011.

Robinson's decision to leave was the start of a difficult period for Rosalba's government, because it meant that now she depended even more on the two Alves and on PR. With partners demanding changes in government and on the decision making process used by the governor, 2012 was filled with political friction for the governor, both with her political partners and with her voters.

---

5 Faria was elected under PMN, but took part in funding PSD in 2011.

This friction can be proved by her popularity levels. The opinion polls published in 2012 were mostly restricted to the cities, seeing as municipal elections were held that year. However, they are representative enough of Rosalba's popularity that year. Amongst voters from Natal (the State Capital city), 57% of voters were against her, with an approval rate of only 28% (research by Certus-Nominuto). By December 2013, the positive reviews of the government reached the lowest ever, 7%, on a poll conducted by CNI-Ibope and that embraced the whole state. Finally, on August 2014, Ibope registered a 69% negative response to the government.

From the end of 2012 to the beginning of 2013, the government decision making centralization and the evolution of PMDB's interests ended up with Henrique Alves getting closer to the government while Alves Filho pulled away. This role reversal was seen as instable by other relevant political players, including by the PMDB's leaders. Regardless of that, the party appointed new people for administrative seats: the Agriculture Secretary, Junior Teixeira and the director of Emater (a technical and agricultural support institute), Henderson Magalhães.

On the 30<sup>th</sup> of August of 2013, under much pressure from his senator, PMDB announced that it was breaking away from the government and giving away the administrative position that they held. Luiz Eduardo Carneiro, Junior Teixeira and Henderson Magalhães left the government around this time. This rift allowed the party to deal with the 2014 elections without the pressure of being a part of such an unpopular government. In practice, the party acquired the preliminary conditions to dictate the rhythm of the next electoral process.

At the end of 2013, we have two developments. First, PMDB is unified and takes up the place as the pivot for the 2014 race. Secondly, the party fills up the political space available before any other party has the chance to do it. This was supported in part by Henrique Alves' rise to the presidency of the lower house on February 2013. Next, I'll discuss the position other political leaders occupied at the time, to further reinforce the leadership role PMDB had at this moment.

The "waiting attitude", for example, can be seen during the early negotiations between PMDB and PT. After a meeting on January 2014, a city council (Natal) from PT named Hugo Manso stated that there was a "waiting rhythm" that was prejudicial to PT. "There is a political force that is highly concentrated on the hands of Henrique and Garibaldi" and it was "visible how quietly they were both dealing with the issue of the political succession of the state".<sup>6</sup> The politician proceeded to point out that it would be better to seek alliances elsewhere for the nearing electoral race. PT's priority at this point was to elect the federal congresswoman Fatima Bezerra for the Senate.

What is also interesting in this context is the attitude of the vice-governor. Faria had, since 2009, dreamed of running for governor. In fact, his decision to break it off with the then governor Wilma de Faria (PSB) and support Ciarlini had a direct link to the fact that Wilma preferred her vice, Iberê Ferreira. So in 2014, nothing had changed. Faria still had the same intention that he had in 2009. However, he gave an interview in 2014 stating that he would think of a "plan B" in case he felt "isolated"<sup>7</sup>. It is clear that he was waiting for a powerful player that he could form an alliance with. There is no evidence that he would be satisfied with remaining as a vice-governor or that he was interested in the position of senator – positions which weren't offered to him anyways, by either of the Alves.

The last governor and at the time vice-mayor of Natal, Wilma de Faria, was also waiting for a proposal from PMDB, but her intentions were ambiguous: she had an interest on running for federal congresswoman, senator and governor.

---

6 Taken from the website No Minuto, on the 29th of January of 2014 <<http://www.nominuto.com/noticias/politica/fernando-bezerra-prefere-alianca-com-wilma-para-o-senado-diz-hugo-manso/106335>>.

7 Taken from the website jornal Tribuna do Norte, on the 12th of January of 2014 <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/robinson-faria-se-eu-ficar-isolado-terei-que-pensar-no-plano-b/271590>>.

Her indecision seemed to be a mix of hesitation and calculations to each would be the best bargain. The first office didn't offer any attractions to her, while the second option should be carefully examined considering she had lost in 2010, running for the same position.

Finally, DEM, personified by the senator José Agripino Maia, found itself on a complex trap. The natural progression would be to support the reelection of Rosalba Ciarlini, but her victory was proving itself unlikely, considering opinion polls. To bet on her would put the legislative positions of the party in jeopardy, specially that of Agripino's own son, congressman Felipe Maia. The senator also had an interest in reaching an alliance with the Alves, if it was favourable enough for him and allowed him to deny Rosalba's reelection.

Henrique Alves, thinking strategically<sup>8</sup>, designed three actions to limit the calculation of other players:

1) he kept the negotiation on the possible candidature for governor of Fernando Bezerra, for PMDB. Bezerra had run once, in 2002, when he was still with PTB and came third. Alves made it very ambiguous whether Bezerra's candidature was definitive or not.

2) he informed other players that Bezerra had a preference for Wilma de Faria as his electoral plaque companion, and that she should run for the senate. As time went on it became clear that this was Henrique's own preference. He aimed to avoid running against Wilma for the office of governor.<sup>9</sup>

3) he announced to most partners of PMDB that he was willing to allow the most diverse group of people on his electoral plaque to run for the state legislative and the federal congress. This means that people from PR, PSDB and DEM would be included, which would further isolate Rosalba.

As the time for party convention neared, the negotiations deepened and started to take shape. Actors not included on Henrique's scheme started to plan their reactions. PT, for example, was not interested in accepting the position if vice governor.

Robinson Faria hadn't given up on his ambitions and wasn't interested in seeking a solution that would secure only his son's position. PT wasn't interested in pushing a candidate for the role of governor, their main interest being pushing Fátima Bezerra for the senate office. Because of that, forming an alliance with PT was certainly an interesting thought for Faria.

Aligning all of this with our conceptual framework, it is possible to see that all the other players only started to make their moves once PMDB had already made theirs, which would make them the followers, in relation to the Stackelberg leader. This leader managed to put out his product on the political market (the chance of forming a coalition) before all the others, forcing them to adjust their own products to that first output. Both the leader and the followers knew the demand of the political market and the costs of trading on political posts.

The table 2 below shows the final configuration of the major candidatures, the result of the July 2014 party conventions. The most important piece of information on this table is the size of Henrique Alves' coalition: 17 parties coming together to elect him as governor. The coalition for the vice-governor isn't too far behind, with 8 parties, but most of them are quite weak parties on the *potiguar* context, only PP, PT and PSD had any federal representation at this point.

---

8 It would make sense to consider the leadership of PMDB as the ones designing the strategies but there is no evidence that senator Garibaldi was involved in that process.

9 He was beaten by her for the mayor elections for Natal in 1988 and to a candidate backed up by her in 1992. There is empirical reason behind Alves' worries: polls showed Wilma as having 35% of voting intentions at the end of 2013.

Table 2: profile of the candidatures for governor of RN during the 2014 race.

| Gubernatorial candidates | Vice-gubernatorial candidates | Candidates for senator | Coalition/single party                                                            |
|--------------------------|-------------------------------|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Henrique Alves           | João Maia                     | Wilma de Faria         | PMDB-PR-PSB-PROS-PDT-SD-PSC-PTB-PPS-PHS-PSDB-PSDC-PRB-PTN-PV-PMN-PRP <sup>1</sup> |
| Robinson Faria           | Fábio Dantas (PCdoB)          | Fátima Bezerra         | PSD-PCdoB-PT-PTdoB-PEN-PRTB-PTC-PP                                                |
| Robério Paulino          | Antônio Garcia                | Professor Lailson      | PSOL                                                                              |
| Araken Farias            | Paulo Oliveira                | Roberto Ronconi        | PSL                                                                               |
| Simone Dutra             | Socorro Sousa                 | Ana Célia              | PSTU                                                                              |

This game, however, doesn't only happen on the political elite and party scale. It involves the electoral market and what the Stackelberg leader has to offer the voters. This is the subject matter of the next section.

## Demand uncertainty, risk aversion and broadened coalitions

Is it possible to beat a leader on this game? The answer depends, obviously, on what we can define as a victory. Subjectively speaking, the follower can be happy with its reaction to the leader at some point during the game or even after it. A follower candidate might, for example, lose the election to the leader but gain, through their participation on the race, their name and image on people's head, fresh for the next election. The crucial point is that the first player to move holds the strategic advantage in regards to the other participants in the oligopoly, because they can foresee the reactions of the other players. When designing their strategies, the followers tend to take the leader's move as a given. (Dixon, 2001: 125-160).

The question then switches to: is it possible to eliminate the leader's strategic advantage? In this context, it should be reminded that the release of product should be based on the expected demand, not on the realized demand. If the market isn't predictable, the leader will risk offering a product that won't be as demanded by consumers. Followers have the informational advantage of observing the realized demand and then adjusting their outputs to match it, after the first player has made its move. According to this theory, this is the only way that the followers could potentially reduce the strategic advantages of the first player.

Some markets, where demand is really unstable (...), it seems that the dominant advantage belongs to those who move second. This happens because in a market filled with uncertainty, the followers can wait and see the response consumers will give to new products being put out by the first player, as well move with learning curve of innovation (Liu, 2005: 346).

Let's take the electoral race as a market in which there is competition for the political leadership and the voters votes (Schumpeter; 1962: 269). A great number of analyses, uncertainty is a prominent feature of the electoral market. Przeworski's saying has already become famous "democracy is a system where parties lose elections" (Przeworski,

1994: 25).<sup>10</sup> Although it features diverse rules to inform the possible results of electoral competition, it is impossible for democracy to predict the outcome of the competition, which parties will win and which will lose.

Besides, it's not always possible to determine *ex ante* which product voters are actually demanding from parties and candidates, and to which degree. Mass opinion itself partially shaped by the products that originate from the elites' speeches. For example, having experience in various other political positions is often used as an argument (or as a product) by candidates and seen as something positive by voters. It can, however, send a negative message to many voters, who might see this past life in politics to mean that this candidate has had a life of corruption and status quo upkeep.

We know must identify which product PMDB's candidate was offering to voters. Considering his long history as a politician and connection with federal organizations, it wouldn't make sense for Alves to send any kind of "renewal" message. His basic message was centered around three characteristics: he was prepared, he was confident and he had experience. The majority coalition was called "União pela Mudança". Henrique foresaw (correctly) that Robinson Faria wouldn't be able to launch the same product as him nor the same amount as him. In regards to this, his successful cooptation of the political elite of the state would get him an advantage in the amount of votes.

Henrique was then the president of the lower house and his connections with the federal government would guarantee, according to his speeches, that he would bring resources into the state. PMDB's leadership in past state managements also assured the population that he was not inexperienced. His campaign slogan ("Força para Mudar", alongside with his coalition name, emphasized his strength but also brought up the theme of change in order to distance themselves from the past government. (Menezes, 2016: 15; Santo, 2016: 44).

How, in the electoral market, can candidates predict the response voters will have to the product offered by them? Opinion polls seem to be the way to that. I have not had any access to qualitative studies about this particular race, so I'll focus on the typical indexes for this "horse race".

Table 1 below shows voting intentions for governor on the first round of 2014, considering as a parameter polls done between June and October. The decision to use the arithmetic means seeks to compensate the methodological biases of the various institutes, to avoid using a historical series. In July, the first campaign month, and October, right before the elections, there's only one poll for each. The fourth column shows the polls that were used in order to calculate the averages shown in the second and third columns. The number between parenthesis, when it occurs, shows the number of polls by each institute on that month. All the numbers were rounded up. Finally, no other candidate reached the 10% in any of the polls, which is why only the main two are featured here.

Table 1: average of voting intentions to the main gubernatorial candidates on the first round of 2014 (%)

| Month     | Henrique Alves | Robinson Faria | Polls                                                       |
|-----------|----------------|----------------|-------------------------------------------------------------|
| June      | 33             | 23             | Consult, Seta, Ibope, GPP                                   |
| July      | 37             | 23             | Consult                                                     |
| August    | 36             | 26             | GPP, Consult, Ibope, Certus <sup>2</sup> , Seta             |
| September | 37             | 30             | Seta (5) <sup>3</sup> , Ibope (2), Perfil, Item (2), Certus |
| October   | 40             | 33             | Ibope                                                       |

<sup>10</sup> See also: "everything that is needed for the results to be uncertain is that it is possible for some party to lose the election" (Przeworski et al., 2000: 17).

The table shows that both candidates grew during this time period, with Robinson Faria growing the most – around 10%, against 7% for Henrique Alves. It is clear that Henrique’s main issues is not Faria’s steady growth but rather his own underwhelming growth. That means that Henrique couldn’t translate into votes all the political elite support he was receiving. Not for nothing, local political analysts used the term “ceiling” to refer to Henrique’s growth curve and, specifically, to that 40% amount. (Menezes, 2016: 20.; Santos, 2016: 51).

Henrique Alves’ product had a relatively low demand, but could the “follower” have predicted that? Probably not, but Faria only had to make the “right” moves before checking to see the results of his counterpart and adjust his behavior accordingly. The coalition with PT and aligning his gubernatorial campaign to the presidential campaign, certainly gave him the necessary space to react to the strong first move that PMDB had. The vice-governor couldn’t have predicted voter’s demand but the uncertainty level was enough to justify risking on a electoral plaque with Fátima Bezerra.

When the possibility of being within striking distance of Henrique was clear, Faria adjusted the “amount” of his product, strengthening his bonds to the president Dilma Rousseff, then very popular in the state, and with ex-president Lula. Lula offered public support to the PSD candidate on the 19<sup>th</sup> of september.

Faria would also strengthen the idea of being “humble” candidate before the amount of forces gathered around the Stackelberg leader. Faria left the “experience” theme to the president of the lower house, even though he himself was a traditional politician with a long career (since 1980). He also added to his speech the idea of being the “resistance” against the “big agreement” - used here to describe the broad coalition that supported Henrique (Menezes, op. Cit: 25). Not for nothing, one of his radio programs was called “Resistance”.<sup>11</sup>

The association with Bezerra also renewed the coalition, because Wilma Faria, the senate candidate from Henrique’s coalition also ended up coming off as “too experienced”. Even though Bezerra is not at all new to politics, the “renewal” image that is had worked in favour of Farias and assured him a place in the second round, where he hoped to overtake Henrique Alves.

And that’s exactly what happened. Table 2 below shows the results of the first and second round, taking into consideration only the valid votes and with all numbers rounded up.

Table 2: Results of the gubernatorial race for the state of RN in 2014

| Candidates on the first round | Valid votes (%) | Candidates on the second round | Valid votes (%) |
|-------------------------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|
| Henrique Alves                | 47,3            | Henrique Alves                 | 45,6            |
| Robinson Faria                | 42,0            | Robinson Faria                 | 54,4            |
| Robério Paulino               | 8,7             |                                |                 |
| Simone Dutra                  | 1,0             |                                |                 |
| Araken Farias                 | 0,9             |                                |                 |

<sup>11</sup> To hear the program, here is the link with the audio: <<https://www.youtube.com/watch?v=bgtLbH7cZq0>>.

In the second round, Henrique Alves tried to react against Faria's threat of overcoming him, pointing to his connections with president Dilma and ex-president Lula. In our model, this change in product proved itself useless for two reasons. Firstly, the pro-Henrique coalition combined forces that were connected to three different presidential campaigns: Wilma de Faria, linked to Marina Silva (PSB) while parties like PSDB obviously supported Aécio Neves (PSDB). There was no way that Henrique's claims of being connected to Dilma would be taken seriously, considering members of his own coalition supported different presidents.

The second and most important reason: continued to offer, maybe for lack of a better option, the same quantities of his old product: experience-preparation-confidence. These were still the only advantages he had over the vice-governor. Henrique Alves was trapped on a trap of his own making, seeing as he couldn't free himself from the image of the "traditional politician". His broad coalition showed that image was, in fact, true. News about his possible involvement in corruption scandals investigated during the "car wash" operation only deepened the problem.

Robinson Faria could then overcome Henrique, capturing probably most of the votes given to other, smaller candidates on the first round and even made a dent on Henrique's own percentual.<sup>12</sup>

The follower thus defeated the leader, by using the learning curve of the competitive electoral market in his favour and understanding that the demand for his adversaries' product was smaller than expected.

### **Rival hypothesis: rejection and municipal cross signs.**

There were no public qualitative researches during the electoral race (very few qualitative researches are carried out in Rio Grande do Norte in general) and most polls were measuring only the typical "horse race" stuff. This would be enough to encourage some healthy skepticism over the this paper's analysis. We should, at least, list the rival hypothesis or complementary.

There is word to mouth evidence that both candidates were seen with very little enthusiasm by the voters. Either way, this wouldn't explain Faria's win because it equally affected both candidates. What this lack of enthusiasm for the main candidates caused, however, was an opening a space for PSOL, which managed to go beyond the 8%, mainly due to their votes in the capital of the state.

Rejection indexes should be considered as an important element of analysis of electoral races (Menezes, 2016: 22-24; Santos, 2016: 52-53). During the second round, Alves and Farias both reached, according to Ibope, a rejection level of 47% and 35% respectively. Henrique's rejection level was not as high during the first round but it was always higher than Faria's (between 5 and 10 percentage points).

In our framework, this rejection is a consequence of a low demand for the product "experienced Henrique" and by the fact that the candidate continued to put out high amounts of this product. That meant that he had a diminishing return on his investment and his rejection levels were just another reflection of that. However, looking at it from a historical perspective, his results in 2014 can be seen as a reflection of his historical shortcomings of winning majority elections (Lacerda and Oliveira, 2006: 282).

Another element that could influence a alternative hypothesis to the one developed here is the one that deals with the size of Henrique's coalition in relation to local politics. In some towns, Henrique coopted both sides of local politics

---

<sup>12</sup> In absolute numbers, the PMDB candidate managed to get more votes during the second round, however his percentage was still lower than in the first round.

in order to achieve state level recognition. The problem here is that, in many of these towns, the rivalry between these sides is still alive and date back to the 1946 Republic and the military dictatorship. Coopting both sides might have “short circuited” the loyalty of some voters, who ended up voting for Faria. We do not know how many votes were influenced by these loyalties but this is still a relevant research question.<sup>13</sup>

## Conclusion

In a way, the strategy followed by Henrique Alves mirrors similar situations of his own father’s past, Aluizio Alves, now deceased. He was once a minister and governor, during the 1999-2002 he wanted to form a broad coalition that would guarantee his son’s election as governor during the 2002 elections. This failed attempt has been analysed in detail by an important paper in *potiguar* politics (Lacerda and Oliveira, 2006). The so called “public peace” of 1978 can be another example. At the time, Aluizio supported the candidature of senator Jessé Freire (Arena) in a alliance with the Maia family, which probably required the support of other positions by the then MDB. The risk aversion, heightened by Henrique’s fear of a direct confrontation against Wilma de Faria shows a similar behavior to that of his own family.

I made the decision of not putting the game in its formal “appearance” by use of extensive mathematical formulas that are typical to game theory. This doesn’t mean that I consider said approach unnecessary in other analyses, even as a training for the scientist itself. I consider that the use of Stackelberg model in politics useful, by the obvious importance that making the first move has in political situations. In this specific case, this first move advantage was not enough but I hope to have shown it’s importance to the strategic configuration of the race.

Finally, it’s important to note that I hope to have clarified the electoral cycle of 2010-2014 and its strategic context. I aimed to find new tools to analyse *potiguar* politics. This subject matter is still open and filled with questions, specially the more one goes back in time. Political conjecture in general can be successfully analysed with a historical sequence approach.

---

13 This hypothesis is already outlined, albeit not fully developed in Santos (2016: 49-50).

## BIBLIOGRAPHY

- ALMEIDA, Acir. (1998), *A Escolha Constitucional dos Poderes do Presidente: O Caso da Medida Provisória*. Dissertação de mestrado - Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- ARTHUR, W. Brian. (1994), *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- BINMORE, Ken. (2007), *Playing for Real: A Text on Game Theory*. Nova York, Oxford University Press.
- COX, Gary. (2006), *The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DIXON, Huw. (2001), *Surfing Economics: Essays for the Inquiring Economist*. Londres, Palgrave Macmillan.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, Edusp.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.
- LACERDA, Alan; OLIVEIRA, Bruno. (2006), "Patronagem e Formação de Coalizões: O Caso da Unidade Popular no RN". *Cronos*, vol. 5/6, no. ½: 273-287.
- LACERDA, Alan. (2010), "Uma Eleição sem Notícias? A Vitória do DEM no RN em 2010". *Em Debate*, vol. 2, no. 10: 31-36.
- LACERDA, Alan. (2016), *Sistemas de Governo: Organizando a Relação entre Executivo e Legislativo*. Curitiba, Appris.
- LIU, Zhiyong. (2005), "Stackelberg Leadership with Demand Uncertainty". *Managerial and Decision Economics*, vol. 26: 345-350.
- MENEZES, Daniel. (2016), "Tostão Contra o Milhão: Sobre a Vitória de Robinson Faria e Fátima Bezerra nas Eleições de 2014 no RN". In D.Menezes, G.Tavares e J.Costa (orgs.), *Eleições 2014: A Geografia do Voto no Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Ideia, pp. 13-41.
- NORTH, Douglass. (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PIERSON, Paul. (2004), *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton, Princeton University Press.
- PRZEWORSKI, Adam. (1994), *Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- PRZEWORSKI, Adam et al. (2000), *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge, Cambridge University Press.

SANTOS, Anderson. (2016), “A Campanha Eleitoral para o Governo do Rio Grande do Norte no Primeiro Turno de 2014: Notas Informativas”. In D.Menezes, G.Tavares e J.Costa (orgs.), *Eleições 2014: A Geografia do Voto no Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Ideia. pp. 43-60.

SCHUMPETER, Joseph. (1962), *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3ª ed. Nova York, Harper.

SHUGART, Matthew e CAREY, John. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

STACKELBERG, Heinrich von. (2010), *Market Structure and Equilibrium*. Nova York, Springer.

(Footnotes)

- 1 DEM didn't take part in any of the formal coalitions for the majority vote, but it did join the proportional coalitions that supported Henrique Alves.
- 2 Certus field started in august and finished in september.
- 3 Seta's field started in september and finished in october.